

Reflexões sôbre as Ciências Sociais em São Paulo

JUARES R. B. LOPES

1. As ciências sociais são de origem recente em São Paulo e no Brasil. Pelo menos, as ciências sociais com cunho moderno, que procuram ligar a compreensão da realidade social à acumulação sistemática da investigação científica. Os primeiros esforços nesse sentido datam dos anos trinta. Em São Paulo, tal renovação intelectual relaciona-se à criação de duas instituições, a Escola de Sociologia e Política (1932), iniciativa privada de empresários industriais, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934), instituto criado ao criar-se a Universidade de São Paulo, com a expressa intenção de incentivar senão iniciar o pensamento científico entre nós. Iniciativas das classes dirigentes locais, respondiam ambas à percepção que estas tinham da insuficiência dos modos de pensamento e ação existentes, quando o mundo econômico e social que conheciam entrava em rápida transformação (crise do café, Revolução de 1930, contra-revolução paulista de 1932). Tanto num como no outro caso, as intenções expressas eram tanto formar novas elites dirigentes, mais preparadas para enfrentar os problemas da época, como aclarar tais problemas, mormente os relacionados às tensões sociais, pelo estudo objetivo da sociedade brasileira.¹ No caso das ciências na Faculdade de Filosofia, tratava-se ainda mais, de criar-se disciplinas científicas — Antropologia, a Geografia, etc. — que simplesmente não existiam no Brasil. Para a Faculdade de Filosofia havia, no entanto, uma ambivalência de propósitos que marcou a atividade da instituição durante muitos anos, senão até o presente. Se por um lado, pretendia-se instalar no meio brasileiro a própria atividade científica (tanto as ciências sociais como a física, a química, etc.), ainda não existente no Brasil — e portanto pretendia-se formar *cientistas* —, por outro, a intenção era também a formação de *professores* que deveriam incumbir-se do ensino das ciências no sistema escolar brasileiro, sobretudo no nível médio, mas também no superior. De um lado, tratava-se de propiciar a produção de ciência, de outro, tratava-se de *reno-*

var o sistema educacional, modernizando-o. Nos primeiros anos, o objetivo de formar pelo menos um número mínimo de cientistas predominava naturalmente sobre quaisquer outros, simplesmente pelo fato que se necessitava substituir os muitos professores e cientistas estrangeiros que, de início, haviam sido contratados. Esta era uma situação que prevalecia tanto na Faculdade de Filosofia como na Escola de Sociologia e política. Ao lado de professores brasileiros pioneiros e de outros estrangeiros, formados em Universidades estrangeiras, mas radicados no Brasil, foram levados para o país, por períodos longos ou curtos, professores franceses (principalmente para a Faculdade de Filosofia) e americanos e ingleses (êstes com maior frequência, para a Escola de Sociologia). Foram, assim, para o Brasil, entre outros, Roger Bastide, Paul-Arbousse Bastide, Jacques Lambert, Claude Levy-Strauss, Samuel H. Lowrie, Horace Davies, Charles Wagley, Donald Pierson, T. Lynn Smith, Kalervo Oberg, A. R. Radcliffe-Brown, etc. — que ao lado de Fernando Azevedo, Emílio Willems, Herbert Baldus e outros, que lá estavam, passaram a formar os nossos primeiros cientistas sociais. Durante os anos quarenta, formados por essas instituições começaram a dirigir-se a universidades estrangeiras, em geral americanas, para fazer estudos de doutoramento: Mario Wagner Vieira da Cunha, Ruy Coelho, Octavio da Costa Eduardo, Celeste de Andrade, Oracy Nogueira, etc. Mas o treinamento de pesquisadores brasileiros ocorreu, mesmo antes, desde os primeiros anos, com a realização de investigações de campo, primeiramente com bastante ênfase nas áreas da estatística e da demografia social (levantamento de padrão de vida operário, estudos de alimentação, por exemplo). Mais adiante, já nos anos de após-guerra, passava-se a pesquisas em que o caráter da antropologia social destacava-se (estudos de comunidade, de assimilação de imigrantes, de sincretismo religioso, etc.). Ainda mais tarde, ao aproximar-se o fim dos anos cinquenta e durante boa parte dos sessenta, cresceu a preocupação com problemas macrosociológicos, a formação de classes (operariado, empresariado industrial), o Estado, o populismo, as relações raciais, vistos sempre em suas relações com o desenvolvimento, com a transformação histórico-estrutural global da sociedade. Não é difícil relacionar-se a problemática emergente, de intenção claramente globalizante, com a intensificação dos problemas econômicos e sócio-políticos brasileiros, bem como, com fatores externos tais como a influência da CEPAL e o impacto da revolução cubana. Entretanto, deixemos para considerar mais adiante a questão da problemática da ciência social no Brasil, para agora dar notícia mais circunstanciada dos obstáculos e problemas enfrentados pelo seu desenvolvimento nos últimos quinze anos.

2. Pode-se dizer que pelos meados da década dos 50, verificara-se amplo progresso das ciências sociais no Brasil, sobretudo em São Paulo: não só ocorrera a institucionalização dessas disciplinas como parte do sistema universitário de ensino e pesquisa, mas, mais do que isso, haviam passado a ser plenamente aceitas pelo meio social circundante e, o que ainda é mais importante, nelas haviam-se desenvolvido padrões intelectuais de trabalho científico bem satisfatórios. Antonio Cândido, em 1954, enumera impressionante lista dos principais trabalhos de investigação de campo ou de reconstrução histórica que haviam sido, na maioria, apresentados como teses de mestrado ou doutoramento, à Universidade de São Paulo e à Escola de Sociologia e Política, em sociologia e antropologia.² Pela mesma época, diagnosticava-se que, na Universidade de São Paulo, as ciências sociais podiam já dispensar os colaboradores estrangeiros e encontravam “possibilidades de desenvolvimento autônomo”.³ Entretanto, já então se antecipava uma crise. O óbice principal ao desenvolvimento das ciências sociais jazia na difícil tarefa de formar pesquisadores sociais. Malgrado horizonte intelectual amplo, o estudante de ciências sociais “não dispunha de uma formação básica que lhe permitisse encetar uma carreira científica”. Alguns passos haviam sido dados no sentido de facilitar a passagem de aluno para o papel de pesquisador e professor, produtor de ciência: a introdução, nos cursos de graduação de ciências sociais, de disciplina de técnicas e métodos de investigação e, em nível superior ao de graduação, de “curso de especialização” onde o aluno levava a cabo projeto individual de pesquisa (introduzido em 1947). Essas medidas eram insuficientes. Havia “necessidade de aumentar as dotações financeiras, de ampliar os quadros docentes, de *constituir de fato equipes regulares de pesquisadores* e de pôr em prática uma política eficiente de concessão de bolsas de estudo”. Em outras palavras, era preciso estabelecer condições para ultrapassar o padrão individualista de pesquisa. Reconhecia-se que este padrão tinha o seu lugar — principalmente devido à sua adequação às exigências da carreira universitária (teses de doutoramento, livre-docência e cátedra) — mas sublinhava-se o fato de que muitos projetos em ciências sociais não podiam ser desenvolvidos como esforços individuais, senão com risco de estiolamento da própria evolução científica. A par da falta de verbas, a maior parte provinda do orçamento estadual (não só parcas, mas pouco flexíveis para o financiamento de pesquisas), outro fator colocava-se como obstáculo para os estabelecimentos de condições favoráveis à pesquisa e à formação de pesquisadores: a rigidez da organização institucional em cátedras.⁴

3. Poucos anos depois de feito êsse diagnóstico, extinguiu-se, por comum

acôrdo dos professores envolvidos, o Departamento de Sociologia e Antropologia, da Faculdade de Filosofia. Com o maior isolamento das cátedras, diminuíam-se consideravelmente as possibilidades de mudanças inovadoras na área de ensino. Entretanto, paradoxalmente, avançou-se muito, nos anos que imediatamente se seguiram, no que dizia respeito à condução de projetos de pesquisa amplos com equipes de pesquisadores. Isso se deu por ampliação do corpo de docentes e investigadores, criação de centros de pesquisas ligados a Cadeiras, e pela obtenção de verbas especiais par investigações, *dentro de uma mesma Cátedra*. O caso mais significativo talvez tenha sido o da Cadeira de Sociologia I, sob a liderança de Florestan Fernandes. A cátedra — óbice principal no caminho da reforma universitária — quando dirigida por professor altamente capaz e debaixo de gestão progressiva no nível da Reitoria, servia de sustentação para progressos científicos em área restritas. Progressos, veja-se bem, em pesquisa. Para êste fim, até equipe interdisciplinar era possível ser organizada — como o foi em alguns casos — no âmbito de uma única cátedra.⁵ De qualquer forma, condições favoráveis permitiram a criação do CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho) junto à Cadeira de Sociologia I, dotado de equipe regular de pesquisadores e de recursos financeiros,⁶ o que possibilitou a formulação de programa ambicioso e bem articulado de estudos e pesquisas na área da análise sociológica dos problemas de desenvolvimento econômico. As principais pesquisas consistiam de levantamento e estudos de caso referentes à emprêsa industrial em São Paulo. A estratégia adotada — em boa parte executada — permitia a realização de uma série de teses para apresentação pelos estudiosos envolvidos no programa, a fim de galgarem os vários graus da carreira universitária, assegurando ao mesmo tempo que os produtos individuais fôssem enquadrados em amplo marco de referência para mais completo aproveitamento teórico dos resultados.⁷ Apesar do sucesso da experiência, que é apenas um dos casos mais significativos da expansão geral de investigações e estudos sociais no início da década dos 60, as modificações da situação política nacional, a partir do movimento militar de 1964, desvendariam a fragilidade e os limites da institucionalização das ciências sociais no meio brasileiro.

4. 1964 não atingiu imediata e diretamente as ciências sociais em São Paulo. Poucos professores foram, na ocasião, obrigados a exilar-se. Entretanto, o efeito sôbre as pesquisas e o ensino foi, desde então, decisivo, embora difícil de analisar-se. Certos temas tornaram-se tabu para a pesquisa, o ensino voltou-se muitas vêzes por cautela para teorias altamente abstratas e refinamentos metodológicos. É importante salientar também as flutuações na atmosfera do trabalho intelectual em geral, ao sabor do ciclo

que se repetiu várias vezes de períodos de “abertura” política seguidos por outros de “fechamento” e repressão. De efeitos mais duradouros sobre as ciências sociais, foram os acontecimentos de 1968 e as suas repercussões no plano da política nacional e no universitário. A institucionalização do Estado militar autoritário, modernizador, acelerou-se (o instrumento básico sendo o Ato Institucional no. 5, incorporado à Constituição de 1969). A agitação estudantil daquele ano, a pressão presente por vagas na Universidade, convergindo com impulsos tecnocráticos do Estado, resultaram em legislação federal no sentido da Reforma Universitária (dois traços básicos sendo a abolição da Cátedra, substituída por Departamento, e a instituição do meio tempo e do tempo integral para o trabalho docente), juntamente com aposentadoria compulsória de professores, e legislação obrigando as direções das instituições do ensino superior a exercerem vigilância política sobre as atividades de ensino e pesquisa universitárias (Lei 477). Na Universidade de São Paulo, a nova alteração do quadro político-institucional teve conseqüências que certamente marcarão por largo período o futuro nela das ciências sociais. A Reforma Universitária da USP (dezembro de 1969) foi precedida de amplo expurgo de professores “reformistas”.⁸ Alguns dos principais expoentes das ciências sociais em São Paulo foram atingidos (Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Octavio Ianni, Paula Beiguelman). Nessas condições, a “Reforma” realizada combina algumas das reivindicações reformistas de longa data (por força mesmo da legislação federal, a departamentalização), com forte centralização do poder universitário, o que modifica profundamente o espírito das inovações positivas e cujos efeitos a longo prazo, no funcionamento da Universidade, ainda não estão completamente definidos.

5. A substituição das cátedras por departamentos, como princípio de organização das atividades acadêmicas da Universidade teve, até o momento, conseqüências diferenciadas. De modo geral, pode-se aventar a hipótese de que o fator central para caracterizar a direção da mudança institucional foi o vigor que tinha anteriormente o movimento reformista nas várias Faculdades que constituíam a Universidade. Onde o movimento era débil e pouco significativo, a extinção das Cátedras significou pouco. A sua existência *de fato* continuou sem grande alteração. Tampouco foram essas Faculdades afetadas pelo esforço de integração das atividades acadêmicas das várias Unidades universitárias, outro dos objetivos primordiais da Reforma.⁹ Em outras Faculdades, por outro lado — entre as quais incluíse a Faculdade de Filosofia — onde o movimento reformista foi mais intenso, as transformações institucionais estão sendo bem mais profundas. A cátedra, como modo de organização das atividades didáticas e de pes-

quiza foi praticamente destruída. Professores do mesmo campo ou de campos afins, antes pertencentes a várias Faculdades, foram reunidos nos mesmos departamentos, que se responsabilizam pelo ensino naquela área em cursos diversos, às vezes pertencentes a Faculdades distintas. A integração que está se processando é incompleta, tímida e cheia de inconsistências. Não se pode negar, entretanto, que alguns passos estão sendo dados no sentido integração universitária e que eles afetarão o ensino e a pesquisa. Caracterizemos em breves traços as mudanças no caso das ciências sociais.

Constituiu-se por força dos Estatutos de 1969, o Departamento de Ciências Sociais, abrangendo a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. O Departamento, no entanto, não reuniu todos os professores e investigadores da Universidade dessas disciplinas. Apenas alguns dos que estavam nas outras Faculdades foram para êle; outros continuaram nas suas Faculdades anteriores. Perdeu-se assim, pelo menos no momento, oportunidade preciosa de renovação do ensino das ciências sociais nas faculdades profissionais (Direito, Economia, Arquitetura, Higiene e Saúde Pública). Nelas o ensino destas matérias continuará a ser ministrado pelos seus próprios professores, à margem da principal corrente de desenvolvimento das ciências sociais na Universidade de São Paulo, que não poderá deixar de estar no Departamento de Ciências Sociais. A Reforma, imposta de cima (mais por força da legislação federal do que por vigor de movimento reformista, que, no âmbito estadual, foi decapitado), respeitou os interesses existentes, pessoais e de Faculdades. Mesmo professores que concordavam com as idéias da Reforma, não acreditaram nesta "Reforma" e preferiram, na medida do possível, continuar na mesma situação. Assim, não somente não se renovou o ensino profissional, mas também (e é o que mais nos interessa) não se revitalizaram os temas e a problemática das ciências sociais no próprio Departamento de Ciências Sociais. O contato de cientistas sociais com os problemas práticos, no nível do ensino e no da investigação científica, próprios das diversas escolas profissionais, seria *mútua e útil*, desde que os cientistas sociais em questão se mantivessem em diálogo permanente com os cultores de suas disciplinas, o que somente seria possível pela sua integração no mesmo departamento. Desenvolvimentos importantes no âmbito das atividades do Departamento de Ciências Sociais poder-se-iam esperar pelo trato constante, por parte de professores integrados ao Departamento, com problemas de ensino e pesquisa na Faculdade de Direito, na de Ciências Econômicas, na de Arquitetura e Urbanismo, etcétera.

Tratemos agora das atividades de investigação e de ensino no próprio Departamento de Ciências Sociais, no quadro da atual situação universi-

tária e sócio-política. Podemos fazer aqui apenas umas poucas observações. Comparando-se a situação atual com a que se delineava nos primeiros anos da década dos 60 (ver item 3, acima), tem-se a impressão, quanto à pesquisa, de relativa reversão a padrão individualista de trabalho científico, e, quanto às atividades didáticas, de aumento de seu caráter fragmentário e assistemático. Na raiz de uma e outra coisa parece estar, basicamente, o modo pelo qual se deu a departamentalização na Universidade. De fato, para o caso específico das ciências sociais, o longo esforço de institucionalização da carreira universitária criava e cria pressões muito fortes no sentido do trabalho científico individual.¹⁰ No passado tais pressões podiam, em parte, ser contrabalançadas pela unidade das atividades dentro de cada Cátedra, com resultados positivos ou negativos dependentes em última instância do valor e do dinamismo do Catedrático. Na medida em que este sistema foi substituído, sob o aspecto jurídico-formal, pelo departamento, *sem* a criação de mecanismos institucionais que garantissem a unidade de funcionamento do departamento, o que ocorreu foi compreensível fragmentação de atividades de investigação e didáticas.¹¹ Tendem a intensificar-se as pressões sobre cada professor para produzir os seus trabalhos individuais (teses, publicações), a fim de ascender e consolidar-se na carreira.¹² Inexistem mecanismos de decisão coletiva, realmente institucionalizados na vida universitária, que definam prioridades de pesquisa, propiciem condições de trabalho de pesquisa em equipe ou, ao menos na área de ensino, dêem sistematização e coerência ao aprendizado graduado ou pós-graduado dos estudantes. Com a tendência a voltar-se, na Universidade de São Paulo, a padrões estritamente individuais de pesquisa nas ciências sociais, o melhor que se consegue são boas investigações empíricas, porém limitadas a sem vinculação com um enquadramento teórico mais geral, ou trabalhos sociológicos amplos, tendendo a ensaios, muitas vezes inteligentes, porém com pouca fundamentação empírica (ou ainda, às vezes, a justaposição das duas coisas, em que do ensaio, “salta-se”, sem mais, para a investigação de aspecto parcial). Ora, o que é preciso perceber-se com clareza é que os temas teoricamente importantes para as ciências sociais no Brasil se situam — como já se disse — além das possibilidades de esforços individuais. A tarefa é construir modos de decisão e funcionamento departamentais em que projetos amplos de investigação possam ser encaminhados sem prejuízo de análises individuais de aspectos parciais, quando fôr o caso de apresentação de teses exigidas pela carreira do professor. Essa conciliação do projeto coletivo, de equipe, com a análise individual seria facilitada, se fôsse possível simplificar a carreira universitária, pelo menos no que diz respeito à apresentação de dissertações e teses.¹³ Isto exigiria, é claro, a elevação dos padrões de atividade científica,

efetivamente institucionalizados, que permitissem aos cientistas sociais ascender na carreira com base em títulos (publicações e outras atividades especificamente científicas). Exigiria também — condição que começa a se esboçar no Estado de São Paulo — maior “concorrência” intelectual entre departamentos de ciências sociais de diferentes instituições universitárias e maior mobilidade entre elas de professores e alunos pós-graduados. Outra questão que merece comentários diz respeito à fragmentação e ao baixo nível de coerência do ensino. A individualização das atividades didáticas, com a extinção das Cadeiras, acha-se estreitamente ligada às condições de acentuação do padrão individual de pesquisa. Sem critérios que operem no sentido de constituir planos de ensino integrados em âmbito departamental, aquelas condições levam cada docente, preocupado com a sua carreira, a buscar relacionar a sua atividade didática ao assunto em que está no momento trabalhando, o do seu projeto particular de pesquisa. Resulta dessa situação que o currículo dos cursos de graduação de ciências sociais, além de disciplinas introdutórias em cada campo, passam a incluir, sem muita lógica, série de disciplinas de assuntos e níveis de tratamento muito díspares. Não que nos pareça errônea a norma de relacionar o ensino a temas de investigação conduzidos pelos docentes. Trata-se, em primeiro lugar, da dosagem exagerada dessa espécie de matéria, em relação às de tratamento sistemático dos campos das várias ciências sociais, e, em segundo lugar, de que disciplinas claramente inspiradas pela investigação do docente deveriam mais propriamente situar-se apenas nos últimos anos do curso de graduação e na pós-graduação. E, por último, e isso é o essencial, mesmo mantendo-se a relação entre disciplinas de ensino e investigações em andamento no departamento, o divórcio entre elas e as disciplinas básicas de apresentação sistemática dos campos das várias ciências sociais seria menor, se as pesquisas em questão formassem parte de planos gerais do departamento, de amplo alcance teórico, como foi preconizado acima.

6. A aposentadoria de professores da Universidade em 1969 precipitou os entendimentos entre um grupo de professores de várias Faculdades para organizar-se um Instituto de estudos e investigações sociais. A situação do ensino e da pesquisa, face à crise por que passava a Universidade, os vinha preocupando havia já algum tempo. Em meados de 1969, alguns dos profesoress aposentados, junto com outros que continuavam na Universidade, constituíram o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituição particular sem fins lucrativos, destinada à realização de assistência técnica no campo das ciências sociais. O novo Centro obtêve, logo de início, *grant* por um ano e meio, da Ford Foundation, a

fim de financiar três amplos projetos de pesquisa, dois dos quais representavam atividades que, em estágios diversos, já estavam em andamento. Posteriormente, o Centro pôde alargar o seu campo de pesquisa com novo *grant* de Ford, por mais dois anos. O CEBRAP tem conseguido diversificar as suas fontes financeiras, obtendo verbas de organismos tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo e o Instituto para la Integración de América Latina, para financiamento de estudos e projetos específicos. Por outro lado, o CEBRAP vem executando serviços técnicos e assessorias na área do planejamento (de recursos humanos, educação, planejamento local e regional, planejamento metropolitano), procurando sempre maximizar o interesse científico dos trabalhos executados e a sua relação com as suas principais linhas de investigação científica. A equipe de pesquisadores do CEBRAP é interdisciplinar, sendo constituída atualmente de cerca de quinze pessoas, entre sociólogos, economistas (um dos quais com especialização pós-graduada em demografia), cientistas políticos, psicólogo, estatístico e filósofo.

Há presentemente três grandes áreas de pesquisa no Centro, fora alguns outros centros de interesse para investigação, mais específicos, que são as seguintes:

- Marginalidade, emprêgo e relações de trabalho: compreendendo estudos econômicos sobre força de trabalho, emprêgo e desenvolvimento; estudo da população da cidade de Salvador, Bahia (levantamento sócio-econômico focalizando força de trabalho, emprêgo e aspectos sócio-políticos); análises estatísticas e estudos de caso de movimentos operários (sindicalismo e greves);
- População e desenvolvimento: pesquisas em vários pontos do país, visando a compreensão demográfica em termos da transformação econômica e social do Brasil. Trata-se de ambicioso programa de pesquisas, em projeto, do qual os estudos, em sua fase final, vários já publicados, sobre a fertilidade na cidade de São Paulo, podem ser considerados o início;
- Religião e desenvolvimento: dois estudos nessa área foram iniciados durante o ano passado.

Sob o ponto de vista de políticas de investigação e ensino, algumas ponderações podem já ser brevemente aduzidas, com base na curta experiência do CEBRAP sobre o trabalho interdisciplinar e sobre o treinamento de estudantes, em nível adiantado, em estreita ligação. Nos trabalhos do CEBRAP pode-se notar nítida evolução, embora gradual, de padrões de trabalho interdisciplinar. Não só boa parte das investigações são condu-

zidas por equipes de investigadores, em geral de formação variada, sendo raras as pesquisas individuais ou as de grupos de pessoas pertencentes todos o uma só das disciplinas sociais, ma, mais do que ito, vem se desenvolvendo no último ano e medio, a norma de apresentação dos projetos de pesquisa, relativamente detalhados, bem como dos primeiros rascunhos de seus relatórios finais, para discussão pelo *staff* completo de pesquisadores, junto com a equipe responsável pelo projeto (pensa-se agora em introduzir tais discussões amplas em momentos adequados durante a execução do projeto).

Somos de opinião que é imprescindível —para a compreensão teórica adequada dos problemas do desenvolvimento, como transformação global, a um tempo, econômica e sócio política— a elaboração de novas teorias, nas quais as visões, hoje separadas, da economia, da sociologia e da ciência política, se integrem e não apenas se somem, umas às outras; e que, para tanto, é necessária uma colaboração de especialistas de formação distinta, muito mais próxima do que ocorre no comum das pesquisas interdisciplinares; e ainda que, portanto, procedimentos tais como os descritos acima — difíceis e penosos que sejam são fundamentais para o desenvolvimento das teorias e padrões de pesquisa requeridos.¹⁴

Ao esforço reiterado de debate amplo (perante todo o *staff*), cumpre acrescentar a frequente realização de seminários teóricos pela equipe de pesquisa (quase sempre, como vimos, de composição interdisciplinar), paralelamente às atividades de investigação propriamente ditas.

Ademais, quanto a este tópico, deve-se frisar o valor para o ensino ou treinamento de estudantes de graduação adiantados ou de pós-graduação, a participação adiantados ou de pós-graduação, a participação em tôdas essas atividades, desde as de realização mesma de pesquisa (como auxiliares temporários ou permanentes), como também nas atividades correlatas à investigação (muitas vezes, quando não pertencentes às equipes de pesquisa, como participantes eventuais de seminários e de debates de projetos ou relatórios). Quer nos parecer que tais práticas incorporam lições de validade geral.

Um último ponto. O Centro considera de grande importância para os seus trabalhos, mormente para o desenvolvimento de orientações teóricas mais adequadas à compreensão do desenvolvimento, o constante intercâmbio de experiências a nível internacional, particularmente a nível latino-americano (por isso, vem participando sistematicamente, por exemplo, das atividades do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, principalmente das suas Comissões de Trabalho, e mantém colaboração com as atividades de ensino e pesquisa da FLACSO).

7. Recentemente, durante 1971, o Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento, propiciou o preparo de projetos de programas de pós-graduação em ciências sociais em cinco cidades latinoamericanas, inclusive São Paulo. O projeto em São Paulo, se concretizado, poderia vir a ter importante papel para o desenvolvimento das ciências sociais entre nós. O Grupo de Trabalho em São Paulo foi constituído de sociólogos, cientistas políticos, economistas, professores de administração de empresas e antropólogos que, embora participassem das atividades do Grupo a título pessoal, estão vinculados a instituições onde existem cursos de pós-graduação em ciências sociais (ou, como no caso da Universidade Católica, onde se espera instalar em futuro próximo tais cursos) e com as quais ter-se-ia de contar para o sucesso de qualquer empreendimento no campo do ensino pós-graduado. O Grupo de Trabalho coordenou: (a) o levantamento dos recursos humanos, materiais e institucionais existentes na cidade para a realização de cursos de pós-graduação¹⁵ e (b) a elaboração de programas de pós-graduação em administração de empresas, antropologia, sociologia e política. Os programas foram elaborados por grupos de especialistas, sob a coordenação de um relator para cada disciplina, e deveriam ser vistos apenas como indicativos das linhas gerais que tais cursos deveriam obedecer, acreditando-se que somente a prática concreta de professores trabalhando em programas definidos poderá indicar no futuro os melhores caminhos a seguir. A idéia é que o Projeto CLACSO de pós-graduação em ciências sociais, através de mecanismos institucionais convenientes, (a) possa integrar num mesmo sistema recursos hoje dispersos por várias instituições universitárias, (b) venha a propiciar sistematização e coerência de cursos hoje muito precários sob este ângulo, e (c) consiga suplementar aqueles recursos em áreas e aspectos de funcionamento onde são necessários.¹⁶

O objetivo central do Projeto CLACSO, a nosso ver, é a elevação do nível de formação pós-graduada (principalmente doutoramento) em Centros Latino-americanos, de modo a diminuir a necessidade de obter-se tal treinamento fora da região, em universidades norte-americanas e européias.

8. Faz-se agora mister mencionar algumas cogitações que dão sentido à apreciação crítica que fizemos da evolução das ciências sociais em São Paulo (apreciação que se entremeia, às vezes mais, às vezes menos nitidamente, no relato). Há correspondência entre o pensamento social e a realidade. Quando se trata de transformação estrutural global da sociedade em dado contexto histórico (como no caso de sociedade em desenvolvimento), as categorias de explicação global — elas mesmas histórico-estru-

turais e não abstratas, a-históricas — se impõem com maior clareza, e as limitações das explicações parciais da economia, da sociologia e da ciência política ficam mais aparentes.¹⁷ Torna-se premente, como já foi dito, o desenvolvimento de teorias que sejam, a um tempo, económicas e sócio-políticas, e não apenas a soma de contribuições sociológicas ou da ciência política à compreensão de processos e estruturas já estudados e “explicados” pela economia. Passos importantes já foram dados nessa direção, nas análises sociais na América Latina, havendo entretanto muito por fazer, teórica e metodologicamente, para alcançar-se conhecimento mais integrado das ciências sociais. (Como progredir em relação às interpretações pioneiras, muitas vêzes ensaísticas, torná-las mais precisas, probantes, sem que elas deixem de ser globais, como precisam ser? São determinadas técnicas e métodos de pesquisa inerentemente avessos à globalização? E passando para outro tipo de indagação certamente afim: como garantir o papel de *crítico* da sociedade para o cientista social, não cedendo êle às pressões estruturais que o levam a transformar-se em *técnico*?). O sociólogo, o cientista político, o economista brasileiros (tanto como os dos outros países latino-americanos) acham-se voltados para fora, recebem as principais influências intelectuais dos países dominantes. Dêles recebem teorias, metodologias, temas e problemas para investigação. Com frequência foi estrangeira a sua formação, quase sempre o seu principal diálogo intelectual é externo. Este fato está correlacionado com a precariedade dos veículos de diálogo científico interno. Revistas especializadas são efêmeras, de baixo prestígio e pouco lidas. Congressos raros. Isto é verdade para o Brasil, como para qualquer país latino-americano (uns mais, outros menos). Também o é em nível regional. (Esta situação tem se atenuado nos últimos tempos, nós o reconhecemos evidentemente, É significativo, no entanto, notar que aumentaram primeiro os contatos em nível inter-americano e pouco os em nível nacional, em cada país. Começamos a conhecer melhor cientistas sociais latino-americanos, antes do que os de outras regiões brasileiras).

Quer nos parecer que essa ordem de reflexões são subjacentes às ênfases que pusemos ao apreciar o caminho percorrido pelas ciências sociais em São Paulo:

- ênfase em pesquisas e teorias relativas às mudanças estruturais globais;
- no desenvolvimento de visão integrada das ciências sociais;
- no requisito de pesquisas amplas encetadas por equipes interdisciplinares;
- na necessidade, para tanto, da formação de padrões de trabalho in-

terdisciplinar integrado, segundo os quais os especialistas, ao invés de apenas adicionarem suas perspectivas parciais, venham a alterá-las com uma interação mais íntima entre as suas diversas orientações teóricas no trato dos mesmos problemas (relativos à transformação global da economia e da sociedade); e

- ênfase, finalmente, na evolução de programas de estudos pós-graduados dentro da região, em que o treinamento em alto nível dê-se em estreita relação à espécie de investigação social preconizada.

A produção de ciência social, de novas teorias e metodologias mais adequadas à compreensão da realidade em rápida mudança estrutural, e a formação de cientistas sociais são tarefas, na verdade, comuns.

¹ Ver "A 'crise' das ciências sociais em São Paulo", no livro de Florestan Fernandes, *A Sociologia numa Era de Revolução Social*; São Paulo, Cia. Edit. Nacional, pags. 178 e 179.

² "Informação sôbre a Sociologia em São Paulo", *O Estado de São Paulo*, 25 de janeiro de 1954, caderno V.

³ Florestan Fernandes, "Desenvolvimento Histórico-social da Sociologia no Brasil", in *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*, São Paulo, Edit. Anhambí S/A, 1958, pág. 205. Em muitos estudos, Florestan Fernandes analisa problemas de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, aclarando, entre outras questões, a das pré-condições de sua implantação na sociedade brasileira. Em "Ciência e Sociedade na Evolução Social do Brasil", por exemplo, aponta, a nosso ver corretamente, que "nas condições de existência de uma cidade como São Paulo, o recurso ao pensamento racional e ao pensamento científico surge de necessidades reais e, às vêzes, prementes". Mais tarde, aduz "a ciência encontrou (dentro da sociedade brasileira) condições sociais e culturais propícias. Mas sômente, em determinadas condições, nas quais a industrialização acelera a desagregação da antiga ordem tradicional e patrimonialista e precipita o processo de desenvolvimento das classes sociais". *Ibid.*, pág. 186.

⁴ Fernandes, "A 'crise' das ciências sociais em São Paulo", *Ibidem*.

⁵ Está claro que mesmo tendo êsse papel positivo, em dadas condições e em casos particulares, o sistema das cátedras, básicamente significava (e ainda significa, na medida em que persiste *de fato*, apesar das modificações do sistema legal) desperdício de recursos humanos e materiais, empecilho para o desenvolvimento científico e difícil obstáculo para inovações e flexibilidade curricular.

⁶ Outra inovação, na mesma época, resultante também de iniciativa progressista da administração da Universidade de São Paulo, foi a instituição pelo Governo do Estado, da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). No início, principalmente, além do aumento das possibilidades de bolsas para pesquisa, ampliou-se a exequibilidade de projetos amplos, com financiamento interno. Para as investigações sociais que tinham poucas possibilidades de financiamento externo, o impacto foi especialmente importante.

⁷ Sôbre o CESIT (criado em 1961 e extinto em 1969), as pesquisas da empresa industrial e as suas relações com estudos mais amplos, ver Florestan Fernandes, "economia e Sociedade no Brasil: análise sociológica do desenvolvimento" e "A Empresa Industrial em São Paulo (Projeto de Estudo)", in *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, op. cit., págs. 300-351. Entre os estudos que, diversamente relacionados ao programa inicial de estudos e pesquisas, foram concluídos e publicados, podem ser citados os seguintes: Leôncio M. Rodrigues, *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, 1966 e *Industrialização e Atitudes Operárias*, São Paulo, 1970; Fernando Henrique Cardoso, *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, 1964; Octávio Ianni, *Estado e Capitalismo*, Rio, 1965; Paul I. Singer, *A Evolução Urbana e o Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, 1968.

⁸ Designamos com esta expressão aqueles professores que vinham, havia vários anos, participando do movimento pela Reforma Universitária. No texto não queremos dizer que motivações de ordem política geral não atuaram no expurgo efetuado. Entretanto, no caso das punições no âmbito da Universidade de São Paulo, àqueles motivos juntaram-se os de política universitária, que parecem (a julgar pela composição das listas de aposentadorias) terem sido preponderantes.

⁹ Pode-se caracterizar a "Universidade" no Brasil como federação muito frouxa de Faculdades, quase independentes. Assim, o ensino e a pesquisa em cada uma fazem quase total independência das mesmas atividades nas outras. A Universidade de Brasília foi a primeira no país que se organizou, já de início, como uma verdadeira universidade. Pode-se dizer que na década dos anos 60, a Reforma Universitária passou, sob este aspecto, a significar a integração das diversas faculdades antes quase isoladas (mesmo quando formalmente constituindo universidades). A legislação federal de Reforma Universitária de cerca de três anos atrás tem esse sentido de tentativa de integração. Aqui, nessas breves observações sobre as ciências sociais em São Paulo, apenas tocamos nesse tema da integração universitária, na medida em que os esforços de reforma, repercutem no ensino e na pesquisa no campo daquelas ciências.

¹⁰ Desde a reforma dos Estatutos da Universidade em 1962 até a atual Reforma Universitária na Universidade de São Paulo, com série longa de degraus a serem vencidos em sucessivos concursos, cada um tendo como pré-requisito já ter realizado o anterior, com vantagens decisivas ao candidato que o tenha realizado na própria Universidade de São Paulo ou ainda maiores, se na mesma Cadeira. (Concebida como defesa contra o amadorismo, a carreira burocratizou-se ao ponto em que a concorrência de talentos provindos de fora da Universidade tende a se reduzir a zero. Para as ciências sociais, onde o menos que se pode dizer é que os padrões de excelência de trabalhos científicos são socialmente pouco claros, pode-se argumentar que os aspectos negativos do sistema sobrepujam de muito os positivos).

¹¹ Note-se que esses mecanismos poderiam vir a ser criados no calor do movimento estudantil durante os meses de 1968 (forum de debates, conferências, comissões paritárias, etc.). É óbvio que, no limite, novos arranjos institucionais pressupunham a abertura estável das condições políticas nacionais, o que não ocorreu. É difícil avaliar o papel, como condicionantes da individualização posterior das atividades departamentais, do desânimo generalizado com as punições políticas na Universidade e, mais especificamente para o caso das ciências sociais, da perda de algumas de suas lideranças intelectuais mais expressivas.

¹² Com a extinção das Cátedras é de se prevenir o acirramento da concorrência pelos postos em cada nível da carreira dentro do mesmo departamento, o que deverá aumentar ainda mais a ênfase no trabalho individual.

¹³ Na Universidade de São Paulo às teses de mestrado e doutorado adiciona-se a de livre-docência e, até há pouco, a de Cátedra. Com a extinção da Cátedra, deixou-se de exigir tese para o concurso ao último grau da carreira, o de professor titular o que foi já importante passo na direção da simplificação da carreira. Tal simplificação, entretanto, dever-se-ia processar *pari passu* à implantação de padrões elevados de reconhecimento científico, coisa, note-se, que já ocorreu em outros campos do conhecimento.

¹⁴ Note-se ainda que na concepção de trabalho interdisciplinar adotada no Centro, parece essencial o diálogo entre o economista de um lado, e o sociólogo e o cientista político (ou o psicólogo, o demógrafo), do outro, e não apenas entre estes últimos (o que é mais usual).

¹⁵ Concluiu-se que os recursos dispersos pelas várias instituições são, no conjunto, razoáveis para iniciar-se programas de pós-graduação. Apenas à guisa de exemplo pode-se mencionar que o levantamento em três das principais instituições indicou a existência nelas de 84 professores com títulos de doutor (39 em economia, 23 em administração, 12 em sociologia, 5 em antropologia e 5 em política). Há ainda um número considerável de professores-doutores em outras instituições além das pesquisadas. Projeto de Programa de Pós-graduação, CLACSO, Relatório do Grupo de Trabalho de São Paulo, pág. 3 (mimeo).

¹⁶ Pode-se ilustrar as áreas dessa ação supletiva: dar condições com a suplementa-

ção de salários e a concessão de bolsas, para trabalho em tempo integral de professores, pesquisadores e alunos; financiar investigações em equipe, com fins de treinamento, atualizar ou criar bibliotecas, centros de documentação, laboratórios de computação e outros serviços auxiliares; e contratar eventualmente professores estrangeiros particularmente de outras sedes dos Projeto CLACSO de Cursos de Pós-graduação - em áreas do conhecimento em que façam falta determinados especialistas.

¹⁷ Sobre controvérsia recente no Brasil que voltou a dar-se sobre tais assuntos, entre outras publicações, ver: Antonio Octavio Cintra, "Sociologia, Ciência Fática", *Revista de Estudos Sociais*, Ano I, no. 1, 1965; G. dos Santos, "Preliminares de uma Controvérsia Metodológica", *Revista Civilização Brasileira*, nos. 5/6, 1966, e G. Cohn, "A Sociologia e a Arte da Controvérsia", *Revista Civilização Brasileira*, nos. 19/20, 1968. A exposição da posição radical de diferenciação entre uma sociologia latino-americana e a dos países dominantes, ver Octavio Ianni, *Sociologia da Sociologia Latino-americana*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1971.